



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

REITOR JAIME ARTURO RAMÍREZ

VICE-REITORA SANDRA REGINA GOULART ALMEIDA

EDITORA UFMG

DIRETOR WANDER MELO MIRANDA

VICE-DIRETOR ROBERTO ALEXANDRE DO CARMO SAID

CONSELHO EDITORIAL

WANDER MELO MIRANDA (PRESIDENTE)

DANIELLE CARDOSO DE MENEZES

EDUARDO DE CAMPOS VALADARES

ÉLDER ANTÔNIO SOUSA PAIVA

FAUSTO BORÉM

FLAVIO DE LEMOS CARSALADE

MARIA CRISTINA SOARES DE GOUVÊA

ROBERTO ALEXANDRE DO CARMO SAID

COORDENAÇÃO EDITORIAL MICHEL GANNAM

ASSISTÊNCIA EDITORIAL ELIANE SOUSA

DIREITOS AUTORAIS MARIA MARGARETH DE LIMA E RENATO FERNANDES

COORDENAÇÃO DE TEXTOS MARIA DO CARMO LEITE RIBEIRO

PREPARAÇÃO DE TEXTOS CAMILA FIGUEIREDO

REVISÃO DE PROVAS TALITA CORRÊA E FLAVIANA CORREIA

PROJETO GRÁFICO E CAPA FERNANDA MONTE-MÓR

FORMATAÇÃO FERNANDA MONTE-MÓR E CAROLINE GISCHESKI

PRODUÇÃO GRÁFICA WARREN MARILAC

IMPRESSÃO E ACABAMENTO IMPRENSA UNIVERSITÁRIA

EDITORA UFMG

AV. ANTÔNIO CARLOS, 6.627 – CAD II / BLOCO III

CAMPUS PAMPULHA – 31270-901 – BELO HORIZONTE/MG

TEL: + 55 31 3409-4650 – FAX: + 55 31 3409-4768

WWW.EDITORAUFG.COM.BR – EDITORA@UFMG.BR

CADERNOS TEMÁTICOS
JUVENTUDE BRASILEIRA E ENSINO MÉDIO

ORGANIZADORAS
LICINIA MARIA CORREA, MARIA ZENAIDE ALVES
E CARLA LINHARES MAIA

◆ **O ENSINO MÉDIO
NO BRASIL:
DESAFIOS
E PERSPECTIVAS**

HELEN CRISTINA DO CARMO
LICINIA MARIA CORREA

BELO HORIZONTE
EDITORA UFMG
2014

© 2014, OS AUTORES

© 2014, EDITORA UFMG

ESTE LIVRO OU PARTE DELE NÃO PODE SER REPRODUZIDO

POR QUALQUER MEIO SEM AUTORIZAÇÃO ESCRITA DO EDITOR.

C122 Cadernos temáticos : juventude brasileira e Ensino Médio / Licinia Maria Correa, Maria Zenaide Alves, Carla Linhares Maia, organizadoras. – Belo Horizonte : Editora UFMG, 2014.

14 v. : il.

Inclui bibliografia.

Caderno 1. Ver, ouvir e registrar: compondo um mosaico das juventudes brasileiras / Carla Linhares Maia, Licinia Maria Correa – Caderno 2. O Ensino Médio no Brasil: desafios e perspectivas / Helen Cristina do Carmo, Licinia Maria Correa – Caderno 3. Os jovens e a escola / Geraldo Leão, Helen Cristina do Carmo – Caderno 4. Culturas juvenis e tecnologias / Juliana Batista dos Reis, Rodrigo Ednilson de Jesus – Caderno 5. Juventude e projetos de futuro / Sara Villas, Symaira Nonato – Caderno 6. Juventude e trabalho / Geraldo Leão, Symaira Nonato – Caderno 7. Juventude, indisciplina e regras escolares / Paulo Henrique de Queiroz Nogueira, Sara Villas – Caderno 8. Juventudes, sexualidades e relações de gênero / Paulo Henrique de Queiroz Nogueira, Anna Claudia Eutrópio B. d'Andrea – Caderno 9. Juventudes e territórios: o campo e a cidade / Maria Zenaide Alves, Igor Oliveira – Caderno 10. Juventude e diversidade étnico-racial / Rodrigo Ednilson de Jesus, Juliana Batista dos Reis – Caderno 11. Juventudes e participação política / Igor Oliveira, Catherine Hermont – Caderno 12. Estratégias metodológicas de trabalho com jovens / Maria Zenaide Alves, Catherine Hermont – Caderno 13. Juventude, drogas e redução de danos / André Geraldo Ribeiro Diniz, Isabela Saraiva de Queiroz, Paulo Henrique de Queiroz Nogueira – Caderno 14. Propostas de rodas de diálogo: atividades e oficinas / coordenadora: Shirlei Rezende Sales; colaboradores: Aline Gonçalves Ferreira ... [et al.]

ISBN: 978-85-423-0111-3

1. Juventude. 2. Juventude – Aspectos sociais. 3. Educação. I. Correa, Licinia Maria. II. Alves, Maria Zenaide. III. Maia, Carla Linhares.

CDD: 305.23

CDU: 301.16

CADERNOS DESTA COLEÇÃO

APRESENTAÇÃO

Licinia Maria Correa

Maria Zenaide Alves

Carla Linhares Maia

VER, OUVIR E REGISTRAR:

COMPONDO UM MOSAICO DAS

JUVENTUDES BRASILEIRAS

Carla Linhares Maia

Licinia Maria Correa

◆ O ENSINO MÉDIO NO BRASIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Helen Cristina do Carmo

Licinia Maria Correa

◆ OS JOVENS E A ESCOLA

Geraldo Leão

Helen Cristina do Carmo

● CULTURAS JUVENIS E TECNOLOGIAS

Juliana Batista dos Reis

Rodrigo Ednilson de Jesus

● JUVENTUDE E PROJETOS DE FUTURO

Sara Villas

Symaira Nonato

■ JUVENTUDE E TRABALHO

Geraldo Leão

Symaira Nonato

◆ JUVENTUDE, INDISCIPLINA E REGRAS ESCOLARES

Paulo Henrique de Queiroz Nogueira

Sara Villas

▲ JUVENTUDES, SEXUALIDADES E RELAÇÕES DE GÊNERO

Paulo Henrique de Queiroz Nogueira

Anna Claudia Eutrópio B. d'Andrea

▼ JUVENTUDES E TERRITÓRIOS: O CAMPO E A CIDADE

Maria Zenaide Alves

Igor Oliveira

● JUVENTUDE E DIVERSIDADE
ÉTNICO-RACIAL

Rodrigo Ednilson de Jesus

Juliana Batista dos Reis

● JUVENTUDES E
PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Igor Oliveira

Catherine Hermont

● ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS
DE TRABALHO COM JOVENS

Maria Zenaide Alves

Catherine Hermont

● JUVENTUDES, DROGAS
E REDUÇÃO DE DANOS

André Geraldo Ribeiro Diniz

Isabela Saraiva de Queiroz

Paulo Henrique de Queiroz Nogueira

▼ PROPOSTAS DE RODAS
DE DIÁLOGO: ATIVIDADES
E OFICINAS

Coordenadora:

Shirlei Rezende Sales

Colaboradores:

Aline Gonçalves Ferreira,

Camila Said, Douglas Resende,

Francielle Vargas,

Henrique Cosenza,

João Perdigão, Michel

Montandon, Silvia Amélia

Nogueira de Souza

/ APRESENTAÇÃO

Caro leitor,¹

Você está recebendo a coletânea *Cadernos temáticos: juventude brasileira e Ensino Médio*. Estes cadernos foram elaborados, primordialmente, como referencial didático-metodológico produzido para o curso de atualização Juventude Brasileira e Ensino Médio Inovador – JUBEMI, ministrado durante os anos de 2012 e 2013 para professores das redes estaduais de ensino participantes do Programa Ensino Médio Inovador.

O curso constitui-se em uma das ações do projeto Diálogos com o Ensino Médio, desenvolvido pelo Observatório da Juventude da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG e pelo Observatório Jovem da Universidade Federal Fluminense – UFF, em parceria com o Ministério da Educação.

Nosso principal desafio foi oferecer a professores de todo o país instrumental teórico, metodológico, didático

e pedagógico que lhes permitisse dialogar com a diversidade juvenil, principalmente com as juventudes que estão imersas no cotidiano de suas escolas.

Nesse sentido, o objetivo principal na elaboração deste material é fornecer subsídios para que professores do Ensino Médio e licenciandos possam refletir sobre essa etapa de ensino e, mais especificamente, sobre os temas que remetem aos sujeitos, jovens alunos com os quais atuam ou atuarão. A experiência de construção e utilização do material didático durante o curso Juventude Brasileira e Ensino Médio Inovador mostrou-se profícua e assertiva, sendo referendada por professores cursistas, professores tutores e formadores. O êxito do processo formativo e as avaliações positivas por parte dos professores cursistas estimularam nosso desejo de que esse material chegasse até você e fosse compartilhado com professores que atuam diretamente junto aos jovens. A publicação deste material didático em formato impresso traduz e concretiza nosso desejo.

A coletânea foi elaborada em formato de cadernos temáticos, com 13 cadernos referentes aos temas abordados nos módulos do curso e um caderno com propostas de atividades e oficinas que cada professor poderá desenvolver na escola, explorando os temas discutidos, que são:

1. Ver, ouvir e registrar: compondo um mosaico das juventudes brasileiras;
2. O Ensino Médio no Brasil: desafios e perspectivas;
3. Os jovens e a escola;
4. Culturas juvenis e tecnologias;
5. Juventude e projetos de futuro;
6. Juventude e trabalho;
7. Juventude, indisciplina e regras escolares;
8. Juventudes, sexualidades e relações de gênero;
9. Juventudes e territórios: o campo e a cidade;
10. Juventude e diversidade étnico-racial;
11. Juventudes e participação política;
12. Estratégias metodológicas de trabalho com jovens;
13. Juventudes, drogas e redução de danos;
14. Propostas de rodas de diálogo: atividades e oficinas.

Os cadernos foram organizados por cores, cada cor tratando de uma temática desenvolvida no curso. Essa organização indica uma ordenação não hierárquica e não linear entre as temáticas e permite que você, leitor, possa ler os cadernos na ordem que escolher, construindo, assim, o seu percurso de leitura e reflexão. Desse modo, os cadernos temáticos são independentes e, ao mesmo

tempo, complementares. São independentes porque você pode começar sua leitura pelo tema que desejar ou necessitar. Complementares, porque um tema chama outro. Ou seja, nossa intenção foi produzir textos dialógicos, interativos e formativos. Os textos trazem sugestões de atividades para você realizar individualmente, com seus colegas e com seus jovens alunos.

As reflexões suscitadas em suas leituras podem ser aprofundadas com material complementar, disponível na internet, nos sites do *PORTAL EMDIÁLOGO* ([HTTP://WWW.EMDIÁLOGO.UFF.BR/](http://www.emdiologo.uff.br/)) E DO JUBEMI ([HTTP://WWW.OBSERVATORIO DAJUVENTUDE.UFMG.BR/JUBEMI](http://www.observatorio.dajuventude.ufmg.br/jubemi)). Assim, convidamos você, leitor, a compartilhar conhecimentos sobre os temas, questões, leituras e debates sobre o Ensino Médio, tendo como eixo orientador os jovens alunos, sujeitos do processo educativo que se desenvolve em sua escola.

*Licinia Maria Correa
Maria Zenaide Alves
Carla Linhares Maia*

→ NOTA

- 1 Para garantir uma melhor fluidez na leitura, as organizadoras desta publicação optaram por extinguir, em alguns casos, as distinções de gênero que se faziam presentes em muitos textos. As organizadoras, no entanto, reconhecem a importância e a pertinência de tais distinções.

Helen Cristina do Carmo
Licinia Maria Correa

/ O ENSINO MÉDIO NO BRASIL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

→ INICIANDO O MOSAICO

Caro leitor,

Neste caderno, vamos refletir sobre o Ensino Médio brasileiro. Talvez você esteja se perguntando: o que será que vamos falar sobre esse tema? Afinal, quando a gente fala de “Ensino Médio no Brasil”, quem é que não pensa em infraestrutura das escolas, condições de trabalho *do(de)cente*, relação professor-aluno, relação família e escola etc.? São muitas as questões que poderíamos discutir.

.....
Nosso objetivo aqui é refletir sobre o histórico, a função social da escola no mundo de hoje, os sentidos, a finalidade, os desafios e as possibilidades do Ensino Médio e do *Ensino Médio Inovador*, concepção que orienta as discussões desta Coleção.
.....

Você reparou que nessa conversa há muitos assuntos que têm a ver diretamente com você, com a realidade da sua escola e dos seus jovens alunos?

Então, boa leitura!

Helen e Lúcia

→ SUPORTE

As transformações sociais e o papel da escola

Para iniciar nossa conversa sobre este assunto, comecemos por olhar à nossa volta. Se você estiver agora em casa, em sua escola, numa *lan house*, dê uma olhada no que está acontecendo: o que mudou no mundo desde quando você era criança até agora? Que coisas você tem na sua casa que não tinha antes? Comece a observar pelos móveis, eletrodomésticos, eletrônicos, telefones... essas coisas que a gente usa.

Agora, por exemplo, você poderia estar diante de um computador, estudando em uma sala de aula virtual. Desde quando isso seria possível?

E o que mudou nas relações familiares? Esposo, esposa, companheiro(a), filhos: como vocês se relacionam hoje? O que mudou nisso tudo? Qual a relação entre essas mudanças na sociedade, no mundo e na escola?

Essas mudanças são o que nós costumamos chamar de transformações sociais. Podemos dizer que as transformações sociais são alterações, modificações, evoluções, que se sucedem nas estruturas básicas da nossa sociedade. Há todo tipo de transformações: políticas, econômicas, culturais, demográficas, das condições de trabalho etc. E essas mudanças afetam a vida de todas as pessoas (ricos, pobres, negros, brancos, indígenas,

homens, mulheres). Hoje em dia, podemos dizer que vivemos em um momento de profundas transformações sociais que estão acontecendo à nossa volta, no nosso cotidiano: são as mudanças tecnológicas, as mudanças nas formas de produção, são as mudanças nas formas de comunicação e interação entre as pessoas, dentre outras transformações, tudo isso ocorrendo numa grande velocidade. Isso quer dizer que, quando as relações, os processos e as estruturas econômicas, políticas, demográficas, geográficas, históricas, culturais e sociais se modificam, muda também nosso comportamento, nosso modo de pensar, de sentir e de ver a realidade.

Mas qual é a relação entre educação e transformação social? E o que essas transformações sociais têm a ver com a escola?

A escola é uma instituição social inventada por nossa sociedade. E ela mesma é fruto das alterações que ocorreram nos séculos XVIII, XIX e XX. A expectativa era (e ainda é) de que a escola fosse capaz de socializar,¹ instruir e preparar as pessoas para viver em sociedade.

Esse foi o projeto de escola de uma época que costumamos chamar de modernidade. Para alguns, deu muito certo. Era um modelo de escola baseado na capacidade individual, ou seja, quem tinha sucesso na escola era porque era bom, inteligente, esforçado, e o sucesso na escola resultaria em melhoria nas

condições de vida. Quem não fosse bom na escola era incompetente, incapaz e a escola nada poderia fazer para melhorar seu desempenho.

Muita gente questionou esse modelo de educação e de escola. Questionou-se, principalmente, o fato de que, no final das contas, somente uns poucos chegavam a uma escolaridade mais longa. A maioria das pessoas ficava no meio do caminho. Em outros casos, como no contexto das classes de trabalhadores, as pessoas eram levadas a acreditar que o Ensino Fundamental era o ponto final da trajetória de estudos, já que a continuidade dos estudos era para poucos, que poderiam sustentar toda uma trajetória como estudante e, só ao final dessa trajetória, iniciar a vida de trabalho. Ao mesmo tempo, não havia vagas em escolas públicas para todos que quisessem estudar, principalmente no chamado “Ginásio” (que corresponde hoje à nossa segunda etapa do Fundamental) e muito menos no “Científico” ou “Secundário” (equivalente ao nosso atual Ensino Médio). Ensino Superior nem se fala, o vestibular era ainda mais difícil de passar. Tudo isso diminuía ainda mais as chances da maioria das crianças e jovens de construir uma trajetória escolar de sucesso.

Pense um pouco em como era difícil para sua família estudar. Pergunte aos seus jovens alunos quantas pessoas de suas famílias conseguiram concluir o Ensino Médio e fazer curso Superior. Pois então, os

Na década de 1990, as escolas públicas foram reconfiguradas a fim de suprir a demanda do Ensino Médio. No entanto, o aumento de vagas não foi acompanhado por qualidade no ensino. A proposta da série aqui indicada é discutir os sentidos do Ensino Médio nesse contexto. O vídeo *Juventude – Programa Nota 10²* debate a forma como se configura o universo escolar, que, para muitos jovens, consiste em uma ambiguidade caracterizada pela valorização do estudo como uma promessa futura no mercado de trabalho e, ao mesmo tempo, pelo suprimento da falta de sentido no presente.

Observe que, na primeira parte do vídeo, são os jovens alunos que falam da escola e do Ensino Médio. Eles falam da importância dos conhecimentos aprendidos nessa etapa da educação e como isso muda a vida deles. Falam também de como a escola permite que conheçam a si mesmos e convivam com outras pessoas, ou seja, falam da escola como espaço de sociabilidade.

Para os jovens alunos, assim como para toda a sociedade, a família e a escola são dois espaços fundamentais de aprendizado de saberes e de socialização. Também o trabalho e a mídia compartilham com a família e a escola essa tarefa educativa, tarefa cada vez mais complexa. A família mudou, as relações com o mundo do trabalho mudaram e a mídia tem alterado profundamente nossas relações cotidianas. Até a escola mudou!

Essas reflexões sobre as transformações sociais podem nos ajudar a compreender as transformações que vieram ocorrendo no Ensino Médio nos últimos anos. E, conseqüentemente, podemos entender melhor os desafios que estão sendo enfrentados hoje em dia.

O que foi e o que tem sido feito do Ensino Médio brasileiro?

Os anos de 1990 são um divisor de águas na história da educação brasileira, das políticas educacionais e também do Ensino Médio. Podemos dizer que, para o Ensino Médio no Brasil, há o antes e o depois dos anos de 1990.

Até o final dos anos de 1980, o Ensino Médio público foi marcado por uma dualidade: um ensino voltado para a formação das elites e outro voltado para os filhos da classe trabalhadora. Enquanto o primeiro, chamado ensino secundário propedêutico (ou formação geral), preparava o jovem para entrar na universidade, o ensino secundário profissionalizante (ou técnico) significava o final da escolarização e o ingresso efetivo no mundo do trabalho.

As reformas educacionais concretizadas nos anos de 1960, 1970 e 1980 alteraram o nome dado a essa etapa da educação básica, que até então fora conhecida como “Colegial”, “Ensino Secundário”, e passou a se denominar “Ensino de Segundo Grau”. Nesse período,

quando ocorria uma expansão de vagas, a oferta era quase sempre para os cursos noturnos.

O resultado desse desenho foi a multiplicação de cursos técnicos, na maioria das vezes sem uma boa qualidade, porque a ênfase na articulação trabalho e educação visava somente à instrumentalização para o trabalho. Pior ainda, devido à falta de recursos, o que ocorreu foram improvisações curriculares que falseavam a formação profissional.

Foi assim que o ensino público chegou até o final dos anos de 1980: com pouca ou quase nenhuma alteração nas condições de acesso à escola e no seu funcionamento. Eram dois tipos de escola pública: uma diurna, de boa qualidade, para os jovens das camadas médias que pretendiam fazer faculdade, e outra, noturna, de baixa qualidade, para os jovens trabalhadores.

Quem não se lembra ou ouviu falar dos cursos de contabilidade, magistério, secretariado, dentre outros, que pouco auxiliavam na relação entre os jovens e a carreira profissional? Quem fez esses cursos deve se lembrar da precariedade, da falta de laboratórios e de professores especializados, de que não havia estágios etc. O jovem aluno daquela época fazia um curso que acrescentava pouco para sua inserção no mercado de trabalho. E, mesmo com a mudança na lei, que introduziu mudanças na organização do Ensino Médio, a tal dualidade do Ensino Médio continuava. Era tão “natural” a ideia de que os jovens das camadas populares não precisavam

estudar tanto, que esses jovens sequer imaginavam a possibilidade de continuar os estudos.

Você se lembra como era difícil para uma criança ou jovem pobre entrar e ficar na escola? Você se lembra de ter ouvido frases como: “não tem jeito com fulana, porque ela não dá pro estudo”, ou “esse menino não tem cabeça pra escola, é melhor trabalhar mesmo”, ou “se aprendeu a assinar o nome, tá bom”. Frases desse tipo eram repetidas abertamente para justificar o fracasso escolar de muitas crianças e jovens, principalmente os das camadas populares.

A charge ilustra bem aquele momento histórico:



Essa charge te lembra alguma coisa? Há 30 anos era mais ou menos assim. Esse tipo de frase era reproduzido somente entre os filhos da classe trabalhadora porque, como já dissemos, para as camadas médias e elites, era “natural” que seus filhos fossem para a escola e chegassem à universidade.

Embora isso ainda se aplique em alguns contextos de nossa educação, podemos dizer que ocorreram mudanças no cenário educacional brasileiro.

O que você acha que mudou na realidade da sua escola? Lembra-se de quando nós falávamos nas transformações sociais e nas mudanças que elas trazem para todos os contextos da vida social? As inovações científicas e tecnológicas, as mudanças nas relações sociais e no contexto político alteraram sensivelmente a maneira como as pessoas passaram a encarar o mundo e si mesmas. Com a democratização da sociedade brasileira, a escola passou a ser reconhecida como um direito de todos, um direito não só de entrar, mas também de permanecer nela. E mais, o direito a ter uma trajetória escolar de sucesso.

Resumindo, a situação era (e em parte ainda é) mais ou menos assim:



Essa imagem reflete bem o contexto educacional da época. Parecia que tudo andava bem na escola, já que, de certa forma, ela se abriu para um maior número de estudantes. Porém, ao entrar na instituição de ensino, o sucesso e o fracasso eram responsabilidade do aluno e da sua família. Falta de aptidão, falta de cultura, falta de inteligência, falta de esforço, falta de vontade etc. Tudo isso era usado para dizer que o fracasso era um problema individual.

Contudo, os movimentos sociais e políticos questionaram os mecanismos de seleção escolar e reivindicaram a universalização do ensino. Ao mesmo tempo em que se abria a “caixa preta”³ da escola, as camadas populares demandavam a escolarização dos seus filhos.

A partir de 1990, efetivamente após a aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB 9394/96), ocorreu uma grande expansão e, ao mesmo tempo, a massificação do ensino. Ou seja, as barreiras que antes impediam os jovens pobres de frequentarem a escola, em parte, foram quebradas.

O Ensino Médio, que antes era visto apenas como passagem ou etapa, para as classes médias, entre o Ensino Fundamental e Superior, hoje é considerado a etapa final da escolarização obrigatória e tem como finalidades a preparação para a continuidade dos estudos, a preparação básica para o mundo do trabalho e o exercício da cidadania.

Entretanto, mesmo sendo um avanço, essa mudança de concepção e a expansão do ensino *não* vieram acompanhadas de melhorias na qualidade. Uma das explicações para isso é o fato de que, à medida que as camadas populares entraram na escola, os jovens das camadas altas e médias migraram para a rede particular. A escola pública perdeu, assim, uma parte da sua força de pressão por qualidade. Ao mesmo tempo, a escola não se readequou para receber a nova e crescente clientela. De um lado, os recursos destinados à educação não se ampliaram na mesma proporção, daí vieram as dificuldades na infraestrutura, na modernização das escolas e na precarização da condição docente. Por outro lado, não houve mudanças significativas nos tempos e espaços escolares, no currículo, na forma de lidar com o conhecimento. Tudo isso junto gerou uma “escola pobre para atender aos pobres”.

Outra questão que se observa hoje é que as mudanças de concepções que orientam a elaboração de leis e de políticas apresentam dificuldades em serem implementadas e têm pouco reflexo na realidade escolar, no cotidiano das escolas. Ou seja, as propostas, programas e políticas educacionais ainda tendem a “ficar no papel” e, mesmo quando chegam à escola, não são facilmente operacionalizadas. Nesse sentido, é fundamental que a escola e os professores fiquem atentos às discussões e decisões que ocorrem no congresso e nos

governos municipal, estadual e federal para garantir a implementação de fato dos avanços legais. Um deles é o debate em torno do financiamento da educação. Em 2006, houve um grande avanço com a criação do Fundeb,⁴ que passou a garantir o financiamento do Ensino Médio, dentre outros. Mas os recursos ainda são insuficientes e agora o desafio é a aprovação dos 10% do PIB para a Educação.

Outro marco legal que é importante que todos conheçam são as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.⁵ Tais diretrizes, aprovadas em 2011, deixam explícito aquilo que nós chamamos até aqui de mudança na concepção. Esse documento retrata a importância de a escola pública oferecer ao jovem aluno uma formação humana integral, que inclui um aprimoramento do jovem aluno como pessoa, a consolidação dos conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, a preparação básica para o mundo do trabalho e a cidadania, dentre outros objetivos.

Significa dizer que o Ensino Médio deve oferecer ao jovem aluno muito mais do que uma preparação para o vestibular (ENEM) ou uma formação reduzida para o trabalho. Para isso, prevê um currículo mais flexível de forma a atender à multiplicidade de interesses dos jovens e também valorizar a autonomia das escolas na definição do currículo. Incentiva

também o desenvolvimento por parte das escolas de possibilidades formativas com itinerários diversificados para atender às diferentes necessidades dos alunos. Com essas definições, as novas diretrizes deixam clara a centralidade do jovem aluno na organização e funcionamento do Ensino Médio. Significa que a escola pública de Ensino Médio deve funcionar como um suporte, contribuindo para ampliar a formação humana do jovem no seu presente, mas também preocupar-se com o seu futuro, ajudando-o a definir o seu projeto de vida.

Como você pode perceber, esse tipo de orientação muda radicalmente o olhar sobre o Ensino Médio público. Se antes o jovem aluno pobre era visto “sem futuro” ou “com futuro já definido” (para o trabalho), atualmente eles devem ser enxergados por nós, professores, como sujeitos. Significa dizer que cada um desses jovens alunos chega à escola com uma história, com um conjunto de experiências socioculturais que vão orientar suas necessidades, desejos e interesses, que são os mais variados.

E então, o que você acha dessa mudança toda? Como essas mudanças “aparecem” na sua escola? Se a sua escola tiver mais de 20 anos de funcionamento com alunos de Ensino Médio, dá até pra você ver o que mudou em termos de: quantidade de alunos atendidos, perfil dos alunos e de suas famílias e o tipo de “currículo escolar”.

Mas vamos continuar nossa conversa. No próximo tópico, vamos refletir sobre o Ensino Médio e seus desafios, agora por meio das estatísticas. Vamos aos números do Ensino Médio brasileiro!

O Ensino Médio em números

Antes de falarmos dos números relativos ao Ensino Médio, vamos identificar os jovens no conjunto da população brasileira. No gráfico a seguir, podemos observar a pirâmide etária, tendo como referência o ano de 2010.

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR SEXO, SEGUNDO OS GRUPOS DE IDADE

BRASIL 2010

IDADE		HOMENS	MULHERES	
+DE 100	7.247	0,0%	0,0%	16.989
95 A 99	31.529	0,0%	0,0%	66.806
90 A 94	114.964	0,1%	0,1%	211.595
85 A 89	310.759	0,2%	0,3%	508.724
80 A 84	669.623	0,4%	0,5%	998.349
75 A 79	1.090.518	0,6%	0,8%	1.472.930
70 A 74	1.667.373	0,9%	1,1%	2.074.264
65 A 69	2.224.065	1,2%	1,4%	2.616.745
60 A 64	3.041.034	1,6%	1,8%	3.468.085
55 A 59	3.902.344	2,0%	2,3%	4.373.875
50 A 54	4.834.995	2,5%	2,8%	5.305.407
45 A 49	5.692.013	3,0%	3,2%	6.141.338
40 A 44	6.320.570	3,3%	3,5%	6.688.797
35 A 39	6.766.665	3,5%	3,7%	7.121.916
30 A 34	7.717.657	4,0%	4,2%	8.026.855
25 A 29	8.460.995	4,4%	4,5%	8.643.418
20 A 24	8.630.227	4,5%	4,5%	8.614.963
15 A 19	8.558.868	4,5%	4,4%	8.432.002
10 A 14	8.725.413	4,6%	4,4%	8.441.348
05 A 09	7.624.144	4,0%	3,9%	7.345.231
0 A 04	7.016.987	3,7%	3,6%	6.779.172

Veja que a população considerada jovem, entre 15 e 29 anos de idade,⁶ representa uma parcela significativa da população do nosso país, aproximadamente 30%. Diante de um número tão expressivo, logo nos perguntamos: o que será que tem sido feito para esse grupo em nosso país? Será que essa grande faixa da população tem sido atendida pelas políticas públicas? Se pararmos para pensar, vamos perceber que existem poucas ações governamentais voltadas especificamente para os jovens, embora eles representem quase um terço da população. O que existe em sua cidade na área de saúde, lazer, esporte, cultura, trabalho etc. com foco na juventude?

Talvez pouca coisa. O que a gente percebe é que a educação é uma das poucas políticas que atende à grande parte da juventude brasileira. A escola aparece, portanto, como um dos principais espaços de apoio, presença e sociabilidade dos jovens. Sendo assim, a educação não deveria ser o ponto chave das ações do governo?

Pois bem, se tomarmos a idade considerada ideal para cursar o Ensino Médio, 15 a 17 anos de idade, observamos que apenas 50,9% desses jovens encontram-se nesse estágio de ensino. Onde estão os outros quase 50%?

Dados sistematizados pelo IPEA (2010) demonstram que as desigualdades no acesso ao Ensino Médio são pronunciadas, especialmente, quando considerada a renda das famílias dos alunos: entre os jovens mais pobres, 31,3% entre 15 e 17 anos de idade cursavam o Ensino

Médio, proporção que, para os mais ricos, é de 72,5%, ou seja, a presença no Ensino Médio de jovens mais ricos é mais de duas vezes superior à presença dos mais pobres.

Os aspectos regionais também mostram desigualdades de acesso, especialmente se comparadas às regiões Sudeste e Norte. Na primeira, 60,5% dos jovens de 15 a 17 anos frequentam o Ensino Médio e, na segunda, apenas 39,1% o fazem. Também há desigualdade no acesso ao Ensino Médio entre brancos e negros. Enquanto 60,3% dos brancos de 15 a 17 anos de idade frequentam a escola, entre a população negra, essa taxa cai para 43,5% dos jovens. Assim, os negros, independentemente da origem de classe, estão em desvantagem em relação aos brancos.

Observe a tabela a seguir.

=====

**DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO POR NÍVEL ESCOLAR,
SEGUNDO OS GRUPOS DE IDADE**

SITUAÇÃO EDUCACIONAL DOS JOVENS EM 2008 (%)

IDADE	15 A 17	18 A 24	25 A 29
ANALFABETOS	1.7	2.4	4.2
FREQUENTAM O ENSINO FUNDAMENTAL	32.5	3.7	1.6
FREQUENTAM O ENSINO MÉDIO	50.8	12.7	2.7
FREQUENTAM O ENSINO SUPERIOR	0.6	13.9	7.8
FREQUENTAM A ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	0.1	0.2	0.2
ESTÃO FORA DA ESCOLA	15.9	69.5	87.7

=====

Analisando os dados da tabela, notamos que a taxa de analfabetismo é menor entre os grupos de menor faixa etária, o que pode ser considerado um avanço para as novas gerações. Contudo, a situação de frequência na educação básica ainda é um desafio a ser enfrentado por essa parcela da população. Impressiona o número de jovens entre 15 e 17 anos que estão fora da escola; o índice é de 15,9%, o que corresponde ao total de 1.635.573 de jovens ausentes do contexto escolar. Talvez esse seja o maior desafio da escola: como garantir escola para todos os jovens brasileiros? Você já pensou nisso: como trazer para o ambiente escolar os jovens que estão fora da escola no seu bairro, na sua cidade? Como fazer para que os jovens não abandonem tanto a escola?

Buscando compreender os motivos do abandono da escola, a Fundação Getúlio Vargas realizou, em 2009, uma investigação com a população entre 15 e 17 anos de idade, a partir do seguinte questionamento: o que leva um jovem a sair da escola? Segundo o levantamento realizado, as causas citadas foram: falta de interesse para 40,29%, falta de renda para 27,09%, ausência de oferta para 10,89%, e, para 21,73% dos pesquisados, os motivos para o abandono são outros. Chama a atenção nessa pesquisa o grande número de jovens que disseram ter abandonado o Ensino Médio por falta de interesse. A princípio, podemos pensar que o problema é do jovem aluno, mas será que é mesmo? Ou será que

é a escola que não tem conseguido envolvê-lo, que não tem ajudado na construção de um sentido para os seus estudos? Tudo isso nos leva a questionar como tem se dado a relação entre os jovens e a instituição escolar e o que causa essa falta de interesse por parte daqueles que abandonam seus estudos.

No Brasil, a expansão do Ensino Médio a partir dos anos de 1990 se deu em um contexto de desemprego e incertezas quanto ao futuro. Isso tem impacto nas relações dos jovens com a escola. Os jovens confiam na escola e esperam que ela tenha um impacto positivo nos seus projetos de futuro. Ao mesmo tempo, eles também sabem que a certificação escolar não é suficiente para garantir sua mobilidade social. O jovem aluno fica dividido entre valorizar o estudo como “promessa” e a falta de sentido do presente. Esse conflito pode explicar algumas posturas de jovens alunos, como abandono, recusa à participação ou mesmo a indisciplina. Outros jovens alunos tendem a ter uma relação instrumental com o conhecimento escolar e com a própria escola. Significa dizer que, para esses, a escola e o estudo perdem sua significância, ou seja, se não faz sentido estudar, estuda-se apenas para conseguir a aprovação.

Nesse sentido, podemos questionar de que maneira a escola tem se colocado na vida dos jovens estudantes. Quais os sentidos e significados que os jovens atribuem à escola? Os jovens conseguem dialogar com

essa instituição, expondo as suas demandas e necessidades? A escola contribui para a elaboração de seus projetos de futuro?

Desafios do Ensino Médio

O Ensino Médio no Brasil apresenta desafios consideráveis que não são novidades para você, mas vale a pena lembrá-los. Uma série de estudos e pesquisas aponta algumas variáveis que vêm interferindo na qualidade do Ensino Médio. Dentre elas, podemos citar:

- › Identidade do Ensino Médio (currículo).
- › Condições da escola (infraestrutura, equipamento escolar).
- › Condição docente (qualificação, carreira, remuneração).
- › Relação professor/aluno, relação jovem/adulto.

A seguir, refletiremos um pouco sobre cada uma delas.

– Currículo

Como já abordamos neste Caderno, o currículo do Ensino Médio é marcado por interrogações históricas, que nos remetem a pensar nas finalidades dessa etapa da educação básica e nos sentidos da escolarização

para os sujeitos jovens. Sendo assim, o grande desafio aqui é superar a histórica dualidade do Ensino Médio que já detalhamos anteriormente.

Começemos afirmando que os jovens alunos de nossas escolas não são receptáculos de informações descontextualizadas, mas sujeitos ativos do processo educativo, e nós, professores, não somos meros transmissores de conteúdos. Pensando assim, precisamos superar o descompasso entre o currículo e a vida cotidiana, entre os conteúdos escolares e as demandas da vida prática. Isso quer dizer que, quando os currículos escolares se aproximam do cotidiano vivenciado pelos jovens alunos, pode ocorrer uma efetiva construção de significados sobre o conhecimento; os jovens alunos podem usufruir dos conhecimentos apreendidos na escola e podem, com isso, alterar os sentidos da própria escolarização.

Para superar esse descompasso, é fundamental repensar a relação entre as diferentes disciplinas, conteúdos, práticas individuais e coletivas que se instituem no interior da escola. Isso possibilita falar em trabalho interdisciplinar. O trabalho interdisciplinar requer, antes de tudo, uma explicitação das diversas concepções de educação, de sujeito, de ensino e de aprendizagem que permeiam os contextos escolares e nossas práticas pedagógicas.

Explicitar essas concepções é admitir que o ato de ensinar é inseparável da concepção de mundo do professor. E aprender é uma relação que o sujeito

estabelece consigo mesmo, com a intervenção do outro, com o objeto do conhecimento, com o (seu) mundo e com o meio social. Tal afirmação nos remete à necessidade de fazer da escola um espaço de interações e interlocuções entre professores, entre esses e os jovens alunos, jovens alunos entre si e entre os demais trabalhadores da instituição escolar.

Essas ações exigem ousadia, coragem, conhecimentos, pois não é simplesmente mudar uma prática pedagógica, trocar o velho pelo novo. Implica reavaliar, transformar, ressignificar conceitos e valores, pensando sobre questões contemporâneas que produzem sentidos na vida dos jovens alunos.

– **Condições da escola**

Ainda vivenciamos um contexto de precariedade na infraestrutura em muitas escolas brasileiras. Em grande parte, esse problema é evidenciado pela falta de investimentos públicos necessários para a concretização de um ambiente que apresente condições mínimas necessárias para a realização do processo de ensino-aprendizado de qualidade. Laboratórios de ciências e de informática bem equipados, salas de aula adequadas, bibliotecas, quadras de esportes e outros espaços educativos adequados às necessidades dos professores e dos jovens alunos são algumas das

necessidades já apontadas em censos escolares, filmes e documentários sobre o Ensino Médio brasileiro.

Nesse contexto, não podemos deixar de lembrar a atualização de nossas escolas com as novas tecnologias. O maior desafio aqui consiste não apenas na compra de aparelhos e materiais, mas sim em uma efetiva preparação para utilização dessas novas tecnologias, aliadas ao currículo escolar.

Os problemas na infraestrutura das escolas, aliados às dificuldades cotidianas da gestão escolar, configuraram um grande desafio para o Ensino Médio no Brasil.

– **Condição docente**

O que observamos ainda é que o professor vivencia cotidianamente problemas que interferem em seu fazer pedagógico, e essas interferências afetam diretamente a motivação e envolvimento de boa parte dos professores.

O desafio relacionado à condição docente abarca dificuldades nas próprias condições de trabalho que vão desde a formação inicial e continuada à remuneração, à (im)possibilidade de se dedicar integralmente a uma escola, à falta de equipamentos adequados para as aulas e à composição do quadro docente nas escolas – que é especialmente problemática em determinadas disciplinas como Matemática, Física, Biologia e Química, para as quais faltam professores habilitados.

Além das questões mais objetivas, como as condições de trabalho e a baixa remuneração, não podemos deixar de destacar as múltiplas cobranças sobre esses profissionais, que precisam estar bem informados, atualizados sobre novas tecnologias, ligados no que acontece com os jovens à sua volta etc., mas que, ao mesmo tempo, não têm acesso a uma formação continuada que dê conta de suprir essas expectativas.

– As relações entre professores e jovens alunos

Segundo Tardif e Lessard,

a escolarização repousa basicamente sobre interações cotidianas entre os professores e os alunos. Sem essas interações, a escola não é nada mais que uma concha vazia. Mas essas interações não acontecem de qualquer forma: elas formam raízes e se estruturam no âmbito do processo escolar e, principalmente, do trabalho dos professores sobre e com os alunos.⁷

Heterogeneidade é a palavra que traduz as inúmeras formas de interação estabelecidas entre professores e jovens alunos no cotidiano das escolas. Diversidade é a palavra que denomina os mais variados grupos sociais e sujeitos que invadem esse cenário. Há uma pluralidade de professores que adentram a escola, vão para as salas de aula, “dão aulas”, corrigem avaliações, frequentam a sala de professores; assim

como existe uma pluralidade de jovens alunos que circulam todos os dias pelas escolas, corredores, salas de aula e pátios.

Na escola, os sujeitos jovens viram alunos. E essa é uma das tensões que perpassam o encontro dos jovens com a escola. Tanto a escola quanto os jovens alimentam expectativas.⁸ Enquanto a escola espera receber sujeitos “mais interessados”, mais “adultos”, os jovens buscam uma escola aberta à interlocução, às suas práticas, às suas demandas e às suas trajetórias biográficas. Suas formas de oposição e suas manifestações de indisciplina, lidas pelos professores como franca disputa, são, muitas vezes, um modo de dialogar com a escola ou mesmo de resistir aos modelos de escolarização que não têm vínculo com suas necessidades e interesses, uma vez que os ritmos, as estratégias, os tempos e as propostas educativas são os mesmos. Por sua lógica instrumental, a escola reduz a compreensão da educação e de seus processos a uma forma de instrução centrada na transmissão de informações.

Os desafios que apresentamos acima e tantos outros que você registrou evidenciam o complexo cenário do Ensino Médio. Muitas medidas serão necessárias para o enfrentamento desses e de outros desafios que se colocam nesse contexto. No próximo tópico, vamos falar do Programa Ensino Médio Inovador. Esse programa é uma das ações que vêm sendo desenvolvidas no chão das escolas e que têm contribuído para

a reflexão sobre esses desafios, especialmente no que diz respeito ao currículo e às demandas dos sujeitos da escola, especialmente os jovens.

**O Programa Ensino Médio Inovador
como possibilidade de articular
o currículo escolar às demandas
dos jovens alunos do Ensino Médio**

Provavelmente você, sendo um professor articulador, já leu algum documento do Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI). Mas, como a implantação desse programa tem ocorrido em momentos diferentes nas escolas estaduais de Ensino Médio, vamos dar uma recapitulada?

Quando falamos da implantação em momentos diferentes, já há uma informação importante. O Programa Ensino Médio Inovador foi instituído pela Portaria nº 971, de 09 de outubro de 2009, mas não começou em todas as escolas ao mesmo tempo. Sua implantação tem ocorrido por etapas, nos diferentes estados do Brasil. Esse programa não é implantado obrigatoriamente. São as escolas que, de acordo com suas possibilidades, demandas e interesses, aderem ao programa.

O programa tem como objetivo estimular o fortalecimento e desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas de Ensino Médio dos sistemas de ensino estaduais e do Distrito Federal. Mas como?

Nessa modalidade, os estudantes permanecem mais tempo na escola, já que a carga horária é ampliada para 3.000 horas, com a conseqüente alteração da matriz curricular. E essa alteração deve se dar a partir da elaboração de “propostas curriculares inovadoras”. A primeira condição para que a proposta seja inovadora é a necessidade de reconhecer a especificidade dos jovens alunos de cada escola, suas demandas e necessidades, e buscar respondê-las por meio de uma reorganização curricular. Para isso, torna-se necessário mudar a pergunta inicial. Antes era: quais conhecimentos, informações ou saberes devemos priorizar? Mas agora a pergunta deve ser: quais os conhecimentos, saberes, habilidades, valores e práticas são fundamentais aos jovens alunos desta escola em que atuamos? Para responder a essa pergunta, é preciso que a reorganização curricular seja articulada de forma interdisciplinar. Se cada professor continuar fechado em sua disciplina, a escola não conseguirá avançar em sua prática educativa.

Outra condição é a necessidade de cada escola elaborar e também realizar ações inovadoras. O que se imagina é que as “boas ações” propostas pelas escolas possam ser incorporadas ao currículo. A sugestão é investir mais na leitura, nas atividades teórico-práticas em laboratórios, por exemplo, e no maior estímulo às linguagens artísticas, dentre outras indicações. Assim, ao mesmo tempo que essas ações inovadoras

fortalecem o processo de ensino-aprendizagem, também aumentam o tempo do jovem aluno na escola e estimulam sua permanência no espaço escolar. Trocando em miúdos, a ideia é que a diversidade de práticas pedagógicas tenham efeito positivo sobre professores, jovens alunos e comunidade educativa. Esse efeito positivo levaria cada escola a repensar o currículo e construir um projeto político-pedagógico envolvendo toda a comunidade escolar.

Mas como seria feito isso? Em termos de financiamento, a escola que adere ao ProEMI recebe recursos de um convênio com a Secretaria de Educação do seu estado e também do MEC, por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Com esse dinheiro, a escola pode comprar equipamentos, materiais didático-pedagógicos, tecnológicos e de consumo, custear eventos e contratar serviços e consultorias específicos para ações do programa.

→ OUTRAS CORES

Para saber mais

<[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicao devida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2010/SIS_2010.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicao%20devida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2010/SIS_2010.pdf)>, acesso em: 19 set. 2013.

<<http://www.cps.fgv.br/cps/tpemotivos/>>, acesso em: 19 set. 2013.

<<http://www.rieoei.org/rie20a06.htm>>, acesso em: 19 set. 2013.

<<http://www.todospelaeducacao.org.br/comunicacao-e-midia/noticias/22473/censo-escolar-2011-raio-x-da-educacao-basica-no-pais/>>, acesso em: 19 set. 2013.

<<http://www.todospelaeducacao.org.br/comunicacao-e-midia/noticias/21786/um-terco-dos-alunos-que-deviam-estar-no-ensino-medio-estao-no-fundamental/>>, acesso em: 19 set. 2013.

<<http://www.emdialogo.uff.br/%C3%ADndice-do-diret%C3%B3rio/palavras-chave/rela%C3%A7%C3%B5es-sociais-na-escola>>, acesso em: 19 set. 2013.

<<http://www.emdialogo.uff.br/%C3%ADndice-do-diret%C3%B3rio/palavras-chave/condi%C3%A7%C3%A3o-docente>>, acesso em: 19 set. 2013.

<<http://www.emdialogo.uff.br/%C3%ADndice-do-diret%C3%B3riopalavras-chave/forma%C3%A7%C3%A3o-de-professores>>, acesso em: 19 set. 2013.

<<http://www.acaoeducativa.org.br/desafios/desafios2/entrevista3.html>>, acesso em: 19 set. 2013.

→ NOTAS

- 1 Socialização pode ser entendida como a transmissão às novas gerações de atitudes, escolhas, preferências, símbolos, comportamentos e representações do mundo.
- 2 Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=TWmOLGRFC_M>, <<http://www.youtube.com/watch?v=AbWb8BXzMnA>> e <<http://www.youtube.com/watch?v=UPYiiIrnX-s>>.
- 3 A caixa preta, que, na verdade, tem a cor laranja, é um aparelho utilizado obrigatoriamente nos aviões e serve para registrar mensagens enviadas e recebidas à torre de controle do espaço aéreo. Essa caixa registra também as condições do avião, as conversas dentro da cabine, a variação da velocidade, da aceleração, variação da altitude e da potência. A mesma expressão foi utilizada por alguns sociólogos da educação para dizer que, até os anos de 1960, as pesquisas só falavam do que se passava fora das escolas, e somente a comunidade intraescolar (professores, alunos e gestores) sabia o que acontecia no interior da escola e das salas de aula. Portanto, para saber o que acontecia dentro das escolas, dentro das salas de aula, era preciso abrir a caixa preta da escola.
- 4 Fundeb significa: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.
- 5 As novas diretrizes do Ensino Médio podem ser encontradas no Portal EMDiálogo, <<http://www.emdialogo.uff.br>>, no *link* “Biblioteca”. Não deixe de ler o parecer elaborado pelo Conselho Nacional de Educação.

- 6 O conceito de juventude e a discussão sobre a faixa etária dessa parcela da população serão apresentados no caderno *Os jovens e a escola*, desta Coleção.
- 7 TARDIF; LESSARD, 2005, p. 23.
- 8 Sobre as relações entre professores e alunos, Gusmão dirá que o problema da “aprendizagem escolar” é esse tenso e conflitivo “encontro entre culturas diferentes” no interior da escola. Ao narrar o cotidiano escolar das crianças e jovens que habitam os Bairros de Lata ou Aldeias d’África, na periferia de Lisboa, a autora conta que os professores que atuavam na escola afirmavam que ali não havia problemas raciais e que esses seriam de ordem social e cultural. No entanto, um dos problemas que se refletia na escola era a questão da linguagem. Ainda que os discursos oficiais se baseassem na afirmação do direito à igualdade, a prática educativa negava cotidianamente aos alunos imigrantes africanos a possibilidade de transitarem entre reinos psíquicos e culturais distintos: o crioulo, a língua própria e de uso cotidiano, e o português, a língua formal, exigida pela escola e pela sociedade. (GUSMÃO, 2005.)

→ REFERÊNCIAS

TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. *O trabalho docente: elementos para uma teoria de docência como profissão de interações humanas*. Petrópolis: Vozes, 2005.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. *Os filhos da África em Portugal*. Antropologia, multiculturalidade e educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

→ SOBRE OS AUTORES

HELEN CRISTINA DO CARMO

Mestre em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pedagoga no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais. Integrante do Observatório da Juventude da UFMG.

LICINIA MARIA CORREA

Doutora em Educação. Professora da Faculdade de Educação e coordenadora do Observatório da Juventude da UFMG. Coordenadora do curso de atualização Juventude Brasileira e Ensino Médio Inovador.

